

NO 40.º ANIVERSÁRIO
DA FUNDAÇÃO DA
«RENASCENÇA PORTUGUESA»

CARTAS ABERTAS A JAIME CORTESÃO

II

Meu caro Jaime:

Tu soubeste definir sempre, com a maior clareza, os objectivos e oportunidade da «Renascença».

E logo nos primeiros tempos, depois da pérfida celeuma que se levantou contra nossos intuitos de ressurgimento nacional por meio da Cultura, tu escreveste as palavras certas e verdadeiramente lapidares:

«São bem felizes os povos a quem os séculos deram um doloroso saber de experiências feito, uma alma original e uma clara consciência do seu valor, para num dado momento da sua História, perante uma nova missão a cumprir, realizarem a coerência das suas máximas virtudes»... «Sim, são felizes os povos que, nas horas de dúvida ou de angústia, podem olhar demoradamente a sua própria estátua e nessa contemplação, nesse profundo en-simesmamento, recordar as energias íntimas para abrasar a vontade numa nova fé».

Inspirada nessas verdades, a «Renascença» pretendia combater a tibieza da vontade dos portugueses através da exaltação de seus sentimentos próprios e dos valores mais representativos da tradição, sobrepondo a corrente de Cristo à corrente de Lúcifer ou, pelo menos, dando ao paganismo espiritualista da nova Poesia todo o mérito duma ressurreição das mais fortes e válidas características da Raça.

E a par desses sentimentos, que tiveram expressões várias e culminaram no «Saudosismo» de Pascoaes, a nossa agremiação votou-se de corpo e alma a despertar o interesse do Povo português por meio da revista e do livro, da exposição e do concerto e, principalmente, pelas conferências e lições das Universidades Populares, sem contudo deixarmos de olhar com a máxima atenção para tudo o que se passava fora do país e não pudesse desvirtuar as intenções que servíamos e, em nome das quais, prégávamos e praticávamos renascimento.

Mais escreveste na Carta que deu motivo a estas linhas:

«E que o pensamento orgânico da *Renascença Portuguesa* correspondia a uma aspiração da consciência colectiva, ainda que então apenas alvorescente, se pôde

observar nos anos seguintes marcados pela Unidade e coerência íntima das manifestações espirituais, vindas de várias personalidades e sectores alheios ao grupo mais combativo da *Renascença* pròpriamente dita».

É evidente que todos esses elementos se integraram mais ou menos em nosso plano fundamental, embora com algumas divergências que, longe de perturbar esse plano, lhe traziam novos aspectos e decerto mais fundas raízes. Dos nomes que citas, quase todos estavam na «Renascença» desde a fundação ou nela entraram pouco depois.

Afonso Lopes Vieira, Virgílio Correia, António Sérgio, Raul Proença foram dos fundadores. Leite de Vasconcelos, Luciano Pereira da Silva e José de Figueiredo entraram depois.

E essa admirável obra do «Guia de Portugal» que tu apresentas como prova de que na «Seara Nova» se não perdeu o espírito essencial da «Renascença» foi encomenda minha a Raul Proença e destinava-se a ser publicada no Brasil.

Desde 1920 a 1923 satisfiz do Rio de Janeiro a mensalidade de organização e as colaborações obtidas, simultâneamente com outras verbas semelhantes para um grande Dicionário.

Impossibilitado, por dificuldades insuperáveis, de prosseguir com todas as iniciativas que tinha em mente, solicitei a Raul Proença que tratasse de vender a outra empresa todos os materiais por ele coligidos e por mim pagos.

Não foi fácil a solução, houve troca de correspondência um tanto nervosa, mas sempre chegámos a acordo: Raul Proença vendeu em Lisboa o material do Dicionário e, embora com protesto, aceitou como oferta a uma sua filha, minha afilhada, o que estava preparado para o Guia. Isto passou-se em fins de 1923. Raul Proença tratou a edição com a Biblioteca Nacional, que tu dirigias, e lá se imprimiu o 1.º volume em 1924, com plano mais largo e primorosa realização.

Não me admira o teu esquecimento destas circunstâncias, visto estares a escrever quase trinta anos depois e com a memória ferida por mil amarguras.

Nem me admirei que Raul Proença na sua lista de agradecimentos às várias pessoas que o auxiliaram no «Guia» se tivesse esquecido, ao fim dum ano, de quem lhe ofereceu tudo quanto se havia recolhido em três anos de trabalhos e despesas.

O 2.º volume seguiu-se dentro de prazo normal, pois Raul Proença era um trabalhador infatigável e o 3.º apareceu em 1944, vinte anos passados.

Mas nenhum teve a marca da «Seara Nova»; foram todos editados pela Biblioteca Nacional e se tal obra honra, como afirmas, uma geração, ela teve início anterior à cisão na «Renascença» encontrando depois compreensivo apoio no regime actual, que tantos outros esforços tem realizado no mesmo alto sentido de redescobrimto e valorização das mais belas características da alma portuguesa.

E se em 1941 tivesses regressado a Portugal, onde, como te comuniquei, serias bem recebido, outro impulso por certo darias ao acabamento da grande e bela estátua, visto nela poderem trabalhar obreiros ilustres vindos, como dantes, dos sectores mais diversos.



Volto, ao assunto da política partidária para mostrar como a «*Renascença*» não podia, por forma alguma, submeter-se-lhe e como tu próprio viste o problema com lucidíssima clareza em momento de nobre combate às prepotências do Chefe democrático.

Por impressionante coincidência, ambos os acontecimentos se passaram com o mesmo político — o Dr. Afonso Costa.

Deves lembrar-te que uma das poucas divergências que tivemos a respeito da administração da «*Renascença*», tu como presidente, eu como secretário, foi referente à visita do Chefe democrático à Sede da nossa Universidade Popular, instalada no edifício social, na Praça da República.

Eu quis mostrar-te os inconvenientes dessa visita, donde não resultaria o menor proveito para a Cultura ou para nossos objectivos. Tu insististe, porque se tratava do Chefe do Governo e porque o tinhas convidado.

Recebeste-o, houve as taças e os brindes do estilo e, no dia seguinte, três sócios se despediram em sinal de protesto, um deles por meio de telegrama áspero — o Conde de Nova Goa, D. Luís de Castro.

A «*Renascença Portuguesa*», combatida pelos processos mais desleais e pérfidos, só podia manter-se numa conduta inteiramente alheia a grupos estreitos, tanto em política como em questões literárias e artísticas, e, por isso, qualquer deslize trazia-lhe sem demora aborrecimentos e censuras.

Fora da política partidária, ela sentia-se sempre bem e afectuosamente acarinhada por quantos sonhavam com um movimento de Cultura nacional que repusesse o espírito lusitano no prestígio de outras eras, em marcha consciente para um futuro de igual forma glorioso.

O outro acontecimento foi estranho à «*Renascença*», mas, porque nele desempenhaste papel primordial e é um quadro flagrante do que nessa época principiava a enegrecer o ambiente nacional e a criar um desassossego das mais perniciosas consequências, creio ser oportuno recordar-to para reforçar minha maneira de ver a respeito dos perigos que a política partidária significava tanto para a «*Renascença*» como para a própria Nação.

1917. Portugal estava em guerra há um ano e as dissensões eram cada vez maiores. Pregava-se a solidariedade entre governantes e governados, mas não se realizava a propaganda necessária. E a educação cívica não progredia. Havia excessos de autoridade vindos do alto, a situação económica era má e a situação financeira péssima.

Aumentavam as queixas na Imprensa e na opinião pública, o mal-estar crescia a olhos vistos.

Foi então que um grupo de deputados dos mais ilustres tentou impedir a marcha para a desordem, com uma patriótica mensagem ao Presidente do Ministério, na qual se reclamava:

«Constituição imediata de um Governo nacional em que sejam representadas, quanto possível, as correntes partidárias e as classes produtoras, de modo a assegurar às medidas governativas o apoio daqueles a quem compete a sua realização.

Esclarecimento público por parte do Governo de um modo sistemático e quanto possível completo, das questões nacionais, como base indispensável da colaboração de todos e justa condição dos necessários sacrifícios.

Estudo e revisão dos problemas actuais, particularmente no que respeita ao esforço militar português e às garantias ou compensações internacionais correspondentes, em harmonia com a necessidade imprescindível de assegurar a vida financeira do país e de promover, desde já e mesmo à custa de imediatos sacrifícios financeiros, o seu desenvolvimento moral e material».

Sabes muito bem que a mensagem não foi entregue e que tudo se reduziu à sugestão dum Governo nacional, com representantes de todas as correntes republicanas e operárias e até com um delegado dos católicos que se mantivessem neutros em política.

Essa moção foi apresentada e defendida na primeira reunião do Grupo parlamentar democrático presidida pelo Dr. Afonso Costa, que tudo desfez «com o seu esplêndido poder dialéctico, a danosa prática do foro e a educação de esgrimista». Autoritário, despótico e indiscutível, como sempre, apodou os interpelantes de descrentes e indisciplinados, sacudiu-os um a um e reduziu-os ao silêncio.

Alguns esmoreceram, outros aplaudiram com fervor o contrário do que pretendiam e um deles, que dias antes havia pronunciado retumbante discurso de elevada doutrina, até exaltou o pequeno incidente, porque dera ensejo a que o grande Chefe mostrasse mais uma vez, de forma tão clamorosa, a sua superioridade sobre todos os outros!

E tu, que resististe, que foste o último a sucumbir, tiveste como prémio de tua firme atitude umas pancadinhas no ombro e a seguinte frase, a um tempo sarcástica e maquiavélica:

— Este é o mais ingénuo...

Não. Eras o mais sincero, o mais impregnado do verdadeiro sentido nacional do momento e nisso mantinhas inflexível fidelidade aos princípios que pregavas na «Renascença» e de que te desviaste quando promoveste a fundação da «Seara Nova».

Na tua fala, condenaste àsperamente a política de equívoco feita pelo Chefe democrático e afirmaste a convicção de que, dentro dessa política, o Governo terminaria com uma revolução, pois os descontentamentos cresciam na proporção dos erros cometidos.

Não foi só uma revolução o que se seguiu: foi a desordem social, a revolução sidonista, a Traulitânia do Porto, incêndios e

crimes, greves e atentados, o cáos governativo, a marcha para o abismo.

Assististe a tudo e viste nessa altura como estávamos em plena razão os que nos opusemos a qualquer entendimento da «Renascença» com os dissidentes democráticos, muito ilustres mas sem autonomia. O desfecho da aventura teria colocado a nossa agremiação na pior das inferioridades.

Infelizmente, porém, voltaste a ser seduzido pela miragem da acção directa e dividiste a «Renascença», que sem ti por força havia de enfraquecer até cair.

Insisto nesta opinião, porque julgo uma heresia dizer-se que a «Seara Nova» foi uma renascença da «Renascença». Pelo contrário, enveredou por caminhos inteiramente opostos aos que nos uniram tantos anos e que deixaram vestígios indeléveis.

E se quisesse analisar muitos dos acontecimentos dos últimos tempos, fora da essência estritamente política, encontrarias uma continuidade de esforços e aspirações, que a «Renascença Portuguesa» desejou e previu.

Já não tenho tempo nesta carta de te falar dalgumas das referências feitas nestes meses à «Renascença». Fá-lo-ei na carta seguinte.

Abraça-te o velho amigo

ÁLVARO PINTO

Abril de 1952.

CONTA CORRENTE

Porque fui triste, os outros me deixaram
ao meu desgosto, e foram-me passando.
Hoje que sei sorrir, de quando em quando,
que tristeza me dão os que voltaram?

Quero-me todo ao Céu que me perdeu.
(Olho, transido, o mundo em que nos vamos.)
Se tenho irmãos — fugindo nos amamos,
desertos dessa lei que Um só viveu.

Doce e feroz nos vem o luar de Deus
ao nosso entendimento minguado!
(Tudo é tropeço neste val de enganar!)

Certos à morte e ao peso destes véus,
ébrios de estar — um grito desesperado,
eis quanto salda o nosso Haver de humanos.

(Do livro 'Linha de Terra')

ANTÓNIO DE SOUSA